

XVI REUNIÃO CIENTÍFICA SÃO LUCAS

De 30 de outubro
à 1º de novembro

AUDITÓRIO UNIDADE II



EDUCAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA: PROJETOS, LIMITAÇÕES E NECESSIDADES DA APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

MARINHO, Larissa Emanuela Fernandes¹, ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira²

Graduanda em Medicina¹, Centro Universitário São Lucas Porto Velho, Bolsista PIBIC
CNPq São Lucas, Sociólogo², Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente,
Centro Universitário São Lucas Porto Velho, Orientador PIBIC CNPq São Lucas.

INTRODUÇÃO O Direito à educação faz parte de uma divisão chamada Direitos Sociais que tem como objetivo promover o valor da igualdade entre as pessoas, sendo reconhecido como um direito na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O Art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123). Assim sendo, entende-se que a educação, tanto a escolar quanto a realizada no cotidiano, é Direito de todos os brasileiros, sem exceção.

Análogo, a isto, se faz necessário o debate a respeito da educação escolar indígena em nosso país. No Decreto 6.861/09 (BRASIL, 2009, p.01) dispõe-se sobre o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/ multilíngue e comunitária para os povos indígenas brasileiros, onde entende-se que há uma mescla das formas da educação, a do cotidiano/cultural e a escolar/institucionalizada.

Porém, o cenário atual, demonstra que este Direito garantido em Lei, não tem sido colocado em prática de forma que atenda as comunidades e a Legislação em si, pois apesar das conquistas os povos indígenas estes têm enfrentado inúmeros obstáculos na tentativa de garantir o direito ao acesso à educação de forma bilíngue, promovendo não somente preservação de sua cultura, mas que também promova possibilidades de etnogêneses (BARTOLOMÉ, 2006) e valorização de aspectos estruturais que foram

impactados pelos processos de colonização que foram instauradas de forma violenta e autoritária e políticas de etnocídio cultural intencional do Estado Brasileiro.

E no que tange o contextos da educação escolar indígena em Rondônia, avanços, retrocessos e paralisias marcam os últimos anos no âmbito da educação escolar indígena em Rondônia, tanto no ponto legal quanto no quesito administrativo (SEDUC RO, 2014; SEDUC RO, 2022a). O que se observa são projetos de educação generalizadores, pautados na invisibilidade e retrocesso dos Direitos Indígenas à educação escolar garantidos por nossa Legislação, além da valorização de saberes não indígenas e continuidade de processos de exclusão social e déficit de aprendizado das crianças e adolescentes.

Neste contexto, a discussão atual não diz mais respeito se as comunidades indígenas devem ter acesso a educação ou não, mas sim o tipo de educação que deve ser inserida em seu contexto cultural, que atenda às suas necessidades e intenções futuras para cada corpo social, viabilizando a autonomia nesse processo, com formação de professores indígenas, materiais didáticos atualizados e estruturas que sejam ideais para o pleno desenvolvimento desse Direito.

Assim sendo, o presente projeto propõe estudar e atualizar os dados desta política pública a partir da metodologia exposta e com o objetivo de “Avaliar o planejamento e execução das políticas públicas para a educação institucionalizada indígena em Rondônia, Brasil”

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa possui como objeto de estudo a relação entre o Estado e os povos indígenas em Rondônia no que tange às organizações e políticas públicas para a educação escolar e superior. Assim, as variáveis da pesquisa compreendem as políticas públicas planejadas e executadas para a educação escolar e superior indígena, suas dimensões e impactos nas populações indígenas nestes níveis escolares assim como ações de auto organização e resistências étnicas para ultrapassar eventuais dificuldades impostas pelo contexto. Considerando tal variável, a pesquisa é de natureza qualitativa, tanto por sua abordagem de levantamento quanto de análise dos

dados.

Segundo a intervenção proposta na pesquisa a mesma é considerada observacional, ao passo que os dados levantados junto aos grupos estudados não apontaram para uma intervenção direta e sim para a observação e intersecção de dados coletados, apontando assim a proposta como uma pesquisa analítica, onde o causa e efeito das análises dos documentos coletados e analisados se relacionam com a prática vivida pelas populações indígenas. Ainda, haverá proposição de alternativas junto ao GAEPE-RO (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia) que serão construídas a partir dos resultados obtidos.

Em relação ao recorte temporal, a pesquisa é transversal, ou seja, pretende analisar os fenômenos e conjecturas relacionadas à educação indígena entre os anos de 2020 e 2024. Eventualmente outros textos serão analisados quando se relacionarem com o objeto mesmo fora do recorte temporal estabelecido.

RESULTADO E DISCUSSÃO

As reuniões do GAEPE-RO são um importante espaço dentro desta pesquisa pois evidenciaram problemáticas importantes no que diz respeito ao cenário de educação indígena no estado de Rondônia, sendo elas: carência de professores; conflito entre os métodos de ensino regular e o tradicional e capacitação profissional deficiente E, no que diz respeito à análise documental, foi evidenciada certa recorrência de problemáticas, sobre a educação indígena, apresentadas nos documentos. Sendo a deficiência de corpo docente um importante queixa, foi observado que existe um déficit tanto qualitativo quanto quantitativo de profissionais capacitados. A realidade de muitas escolas indígenas é de um único professor responsável por lecionar para turmas de níveis diferentes simultaneamente (FIM, 2023). Ademais, foi notou-se o despreparo dos docentes no que diz respeito ao conhecimento da língua e da cultura local, o que além de dificultar o ensino, gera situações de violência (TÉCHIO; WIECZORKOWSKI, 2021).

E apesar da atuação dos estados ainda existem muitos déficit em políticas públicas como a falta de educação continuada dos profissionais e a criação de concursos dada a demanda de docentes capacitados que aguardam essa seleção (STORCH; TAMBORIL, 2021)

Por fim, a análise evidenciou em último ponto que a grande maioria dos avanços da educação indígena devem-se à luta social dos povos originários. E que um dos grandes impasses para o seu desenvolvimento é a falta de representantes nas posições de poder no estado (SANTOS et al., 2022).

No Decreto 6.861/09 (BRASIL, 2009, p.1) dispõe sobre o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/ multilíngue e comunitária para os povos indígenas brasileiros, onde entende-se que há uma mescla das formas da educação, a do cotidiano/cultural e a escolar/institucionalizada. Os principais pontos levantados dentro das reuniões do GAEPE-RO discorrem acerca de um ensino que não respeita os saberes dos povos originários (GAEPE-RO, 2023).

Conhecimentos esses, que são de extrema relevância para as comunidades, tanto para perpetuação da história e da cultura, quanto para o desenvolvimento de habilidades importantes nas vivências dentro e fora das aldeias (PEREIRA et al., 2024). Em contrapartida, os dados levantados no questionário, tanto para SME e SEE quanto para as escolas evidencia que uma das principais problemáticas enfrentadas, em relação aos materiais e grade curricular, é a falta de adequação dos insumos didáticos para a realidade das etnias.

A falta de materiais didáticos interculturais e bilíngues na educação indígena tem um impacto profundo e multifacetado nas comunidades afetadas em Rondônia. Outro impacto significativo é a diminuição da autoestima e da autopercepção positiva dos estudantes indígenas. Quando os materiais didáticos não contemplam suas culturas, os alunos podem sentir que suas tradições e modos de vida são menosprezados ou invisíveis no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Apesar de diversas conquistas extremamente significativas no que tange a educação indígena e todos os avanços e melhorias observadas, o cenário real ainda está aquém do que seria ideal para a garantia total do direito à educação para os povos originários. Entende-se, portanto que todas as dificuldades observadas não dizem respeito apenas a defasagem do corpo docente e de carência de material didático específico, mas o que fica evidente é uma educação que ignora a interculturalidade perpetua um modelo de ensino eurocêntrico, que não promove a compreensão e o respeito pela

diversidade cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador e professor Dr. Rafael Ademir de Oliveira Andrade por me dar a confiança de participar de uma pesquisa com impacto social tão relevante, tem sido uma experiência incrível aprender tanto, para além do que a formação médica tem me oferecido. Agradeço ao Laboratório de Estudos sobre Populações Negligenciadas da Amazônia (LEPONA), por estreitar os laços entre os discentes e a iniciação científica

Agradeço também ao CNPq e ao Centro Universitário São Lucas por apoiarem esse projeto de pesquisa, assim como tantos outros, isso tem sido fundamental para o desenvolvimento da pesquisa em nosso país e como meio de reivindicação social.

Palavras-Chave: Saúde indígena, CASAI, Porto Velho, Amazônia.